

836

MARCELLO CAETANO

POLÍTICA É TRABALHO

DISCURSO PROFERIDO PELO PRESIDENTE
DO CONSELHO DE MINISTROS NA
REUNIÃO DAS COMISSÕES LOCAIS DA
ACÇÃO NACIONAL POPULAR. SANTARÉM,
A 21 DE MAIO DE 1972.

I. 481



836

MARCELLO CAETANO



POLÍTICA É TRABALHO

DISCURSO PROFERIDO PELO PRESIDENTE
DO CONSELHO DE MINISTROS NA
REUNIÃO DAS COMISSÕES LOCAIS DA
ACÇÃO NACIONAL POPULAR, SANTARÉM,
A 21 DE MAIO DE 1972.

SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO

1 9 7 2



Meus Senhores:

Reuniões como esta, das comissões locais da Acção Nacional Popular, são da maior utilidade. Vejo que foi preparada com extremo cuidado. Que obedeceu a um programa criterioso. Que decorreu com grande interesse e elevação. Isso me parece muito positivo e tanto mais que vai sendo regra nas reuniões plenárias distritais da nossa organização.

Pode entender-se a Política de várias maneiras. Noutros tempos, no nosso país, ela era sobretudo uma competição de grupos partidários, formados na maior parte dos casos à volta de pessoas e em que se desenrolava uma constante luta pelo Poder — pelo poder do Estado e pelo poder local. E nessa competição, para alcançar o objectivo, tudo era lícito: quem estava na opposição não hesitava em denegrir caluniosamente os seus adversários, em distorcer os factos — mesmo contra a evidência — para desacreditar o Governo, em excitar a opinião pública com campanhas injustas, com acusações falsas, com invectivas torpes.

Para muita gente, esse é ainda hoje o modelo da política. Derrubar um governo constitui a aspiração permanente de tais políticos. E para isso não hesitam perante coisa nenhuma: nenhum sentimento pessoal, nenhuma consideração moral, nenhuma preocupação patriótica os tolhe ou limita.

Dessa política nos cansámos depois de durante um século a havermos praticado. E a minha geração procurou fazer Política no sentido nobre da palavra.

Política que tivesse exclusivamente em vista equacionar e resolver os problemas existentes no País, quer no plano nacional quer no plano local. Política feita à base de seriedade de estudo e de honestidade de realizações. Política na qual as ideias e os planos estivessem acima das pessoas e dos favores. Política que permitisse estabilidade de critérios e continuidade de acções. Política, numa palavra, concebida como processo, arte, doutrina de governar o País — e não mero expediente ao serviço de ideologias passageiras e de ambições audaciosas.

Vejo agora atacar esta concepção da Política para exaltar a outra. Vejo pôr em dúvida a sua bondade intrínseca e a sua eficácia objectiva.

A verdade, porém, tem de vir à tona. Cada época apresenta os seus problemas. E os problemas das décadas de 30 a 60 foram, sobretudo, os de dotar o País das infra-estruturas básicas que completamente lhe faltavam. Percorra-se o País de lés a lés: pergunte-se quando foi construída ou renovada a estrada ou a ponte, de quando data o porto, quando foram edificadas as escolas, os museus e os hospitais, quando se ergueu a barragem e se electrificou

a região, a idade do abastecimento de águas ou da rede de esgotos, da renovação urbana, dos melhoramentos rurais, da introdução do regadio por aproveitamentos hidroagrícolas, dos bairros de casas económicas... que sei eu? ..., e ver-se-á que na maioria esmagadora dos casos a resposta virá com um ano situado entre 1930 e a actualidade.

Entretanto chegou a hora da industrialização. E também nesse período não faltou a acção promotora e estimulante do Governo para o lançamento das indústrias básicas e para o fomento das que deveriam ser o seu complemento.

Nem durante este largo período se abandonou o problema social, realizando-se metódica e pacificamente todo um programa de regulamentação do trabalho para garantia dos trabalhadores, acompanhada da edificação em bases sólidas do sistema de previdência social — que antes de 1933 era totalmente inexistente.

Quando hoje falo em continuidade, é porque consideraria uma ingratidão, para não dizer uma miséria, renegar toda essa obra e a preocupação pelo interesse nacional que a ditou.

Entendo que o nosso papel é prosseguir-la, corrigindo o que a experiência nos aconselha a emendar, acelerando o que se viu seguir a ritmo demasiado lento, ampliando o que ainda é escasso e buscando adaptar-nos às novas exigências e necessidades do nosso tempo.

Mas a renovação no domínio dos métodos tem de respeitar no plano dos princípios aquilo que se mostrou valioso. Porque não há acção profícua se não estiver alicer-

çada em doutrina exacta. O que estiver certo na doutrina não pode ser enjeitado sem prejuízo da acção.

Temos de ir o mais longe e o mais depressa possível nas realizações. E para isso precisamos de professar a doutrina política que o permita e favoreça.

Na Política a experiência de cada povo tem um papel fundamental. Fórmulas excelentes para uma Nação, revelam-se catastróficas noutra. Os homens são iguais na natureza — mas são muito diferentes na mentalidade, nos hábitos e nos costumes. A ideia de que há um só tipo de governo capaz de fazer a felicidade de todos os povos, é uma ideia falsa. A forma de governo a adoptar em cada País não é uma premissa — é uma conclusão. É a conclusão que só o conhecimento da índole do povo, da sua história, da sua maneira de ser e de conviver permite formular.

Temos na nossa frente imensas tarefas a realizar. No governo das Nações nunca está cumprida a missão. Atrás de problemas vêm outros problemas. As soluções que ontem eram óptimas revelam-se hoje desactualizadas. Política é trabalho. Fazer política tem de ser, mais do que nunca, auscultar aspirações humanas e examinar situações de facto — para dar a umas a satisfação justa e a outras a resposta adequada.

Fazer política não pode ser cultivar o desvairo das utopias estéreis ou agitar-se na loucura das violências destruidoras.

Vemos todos, todos os que temos olhos para ver, como a partir dos acontecimentos de Maio de 68 em França se têm expandido na Europa ideais dinâmicos de anarquia. Noutros países eles têm já causado numerosos estragos

entre a juventude e não poucas perturbações sociais. No nosso, que na Europa é uma nesga onde todos se conhecem, essa exaltação juvenil toca à generalidade das famílias e sobretudo é preocupante na medida em que os revolucionários profissionais buscam aproveitá-la e canalizá-la.

A paz que se vive em Portugal e que se traduz na consciente adesão do povo aos seus governantes, enche de raiva os inimigos do regime. E animados pelos interesses internacionalmente mobilizados contra o ultramar português, ei-los a desencadear a mais formidável propaganda que jamais aqui se viu contra as instituições e a ordem social. E a maquinar o assalto violento ao Poder pregando o emprego de todas as armas e o aproveitamento de todos os meios e grupos para realizar a revolução social.

Perante esta ofensiva a Acção Nacional Popular tem um duplo papel de colaboração com o Governo.

Primeiro, na luta das ideias. Há que responder à propaganda do adversário. Há que rebater os seus argumentos, desmascarar os seus sofismas, pôr a nu as suas falsidades, mostrar a inanidade e a desactualização dos seus conceitos e o perigo dos seus métodos.

Segundo, na resistência à revolução. O adversário busca abalar e destruir as estruturas políticas, administrativas e sociais existentes: é preciso não lhe fazer o jogo. É necessário perder a ingenuidade de atribuir a clássicas «rapaziadas» o que constitui execução metódica de um plano. É indispensável opor às campanhas sistemáticas a barreira calma do senso e da realidade. É urgente deixarmos de querer parecer «actuais» e «do nosso tempo» ao transigir com todas as exigências, ao exhibir a fraqueza do

comodismo face ao ímpeto das reivindicações infundadas, ao calarmo-nos perante asserções falsas, desvios da verdade histórica e acusações injuriosas.

A burguesia tem tendência acomodaticia. Como na fábula célebre, há muitos burgueses que ao embarcar na carroça da contestação julgam que os levam ao mercado ... E nessa perigosa ilusão aplaudem, acolitam e ... subsidiam. Subsidiam desde os grupos contestatários até à imprensa revolucionária. Que iludidos estão! Deus nos livre, Deus os livre a eles que a revolução social se produzisse. Eles seriam as primeiras vítimas. Depois, viria a vez dos mais ardorosos e zelosos revolucionários — porque as revoluções devoram sempre os seus próprios filhos ... Não está em moda a doutrina da revolução permanente?

Os tempos não vão para transigências de doutrina nem para confusões na acção. Mais do que nunca tem de ser repelida a aliança do «sim» e do «não». Estamos no Governo abertos a todos os portugueses, sem dúvida. Dispostos a trabalhar e a lutar no interesse geral. Mas a lutar por uma bandeira. Mas a combater por um ideal. E essa bandeira só pode ser a de Portugal. E esse ideal só pode ser o de prosseguir em Paz uma obra de progresso económico, de promoção educativa e de justiça social. Com o esforço de todos. Sem abalos nem hesitações. Contra a violência que desafia a vontade popular. Na companhia de governantes que tenham da Política um conceito nobre — e não a deixem aviltar!



NB



EF00000513125

S.